

Percepção dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica sobre o auxílio estudantil de permanência

Perception of Technological and Professional Education students about Student assistance of permanence

Recebido: 14/04/2024 | **Revisado:** 12/09/2024 | **Aceito:** 15/05/2025 |
Publicado: 14/08/2025

Iara de Souza Januário
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4487-3060>
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: iara.januario@academico.ufpb.br

Paulo César Geglíio
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1648-6941>
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: pcgeglíio48@gmail.com

Como citar: JANUÁRIO, I. S.; GEGLÍIO, P. C. Percepção dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica sobre o auxílio estudantil de permanência. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 25 p.1-22 e17209, ago. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada com estudantes beneficiários de auxílio estudantil do Instituto Federal da Paraíba Campus Santa Rita no ano de 2022, com o intuito de analisar a percepção deles sobre a influência do auxílio financeiro concedido através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a permanência de estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio. O trabalho tem um enfoque qualitativo dos dados, que foram coletados por meio de questionário eletrônico. A análise mostrou que: a influência dos auxílios é fundamental para a permanência dos alunos; a motivação para a permanência é a qualificação para o mercado de trabalho; e a qualidade da instituição é um diferencial para os estudantes se matricularem.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação Profissional; Permanência.

Abstract

This article reports the research findings of a study conducted with financially assisted students at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Paraíba, Brazil, in 2022. It aims to analyze their perceptions of the influence of the financial assistance granted by the National Program of Student Assistance (Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES) for students' permanence in Technical High School. The study is qualitative based on data collected through an electronic questionnaire. The analysis showed that student assistance is fundamental for the students' permanence, their motivation for permanence is the labor market, and the institution's quality plays a role in the students' decision to enroll in a given program.

Keywords: Student assistance; Professional Education; Permanence.

1 INTRODUÇÃO

Na legislação atual, dentre os princípios basilares da educação brasileira, está a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o que atribui ao poder público a responsabilidade em promover ações para incluir a diversidade populacional de estudantes e, ainda, fazer com que permaneça de forma exitosa nas instituições educativas. Ao considerar essas questões, visando dar oportunidade para as pessoas menos favorecidas economicamente, foi criada a política de assistência estudantil, com o objetivo de promover a inclusão social por meio da educação.

Em território brasileiro, as primeiras ações visando a permanência dos estudantes na escola surgiram no âmbito do ensino superior, com a abertura da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1930 para abrigar aqueles com mais dificuldades financeiras (Kowalski, 2012). A assistência estudantil no Brasil emergiu então com caráter beneficente e excludente, prevista como direito somente a partir da Constituição Federal de 1988, até culminar no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) organizado com base no Decreto Federal nº 7.234/2010.

O PNAES é uma das ações do governo federal para minimizar os efeitos da desigualdade social no que se refere à possibilidade de permanência da população pobre e excluída das instituições de ensino. Surgiu inicialmente para estudantes do ensino superior e, após a reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (RFEPCT), passou a contemplar também o ensino médio técnico ofertado nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e Colégio Pedro II. Um dos objetivos do programa é democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010).

Com essa perspectiva, o tema deste estudo envolve a assistência estudantil no âmbito dos IFs, pois a pesquisa é fruto do questionamento sobre a influência do PNAES na permanência dos estudantes do IFPB, perpassando brevemente a discussão sobre evasão e sobre a expansão e democratização do acesso como forma de minimização das desigualdades sociais e regionais. O problema de pesquisa recai sobre a influência do auxílio financeiro estudantil, denominado Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), na permanência de estudantes no IFPB/SR.

Para isso, foi preciso saber se os estudantes do IFPB beneficiados concluem seus cursos, analisar a percepção deles sobre os auxílios estudantis, dimensionar a proporção de estudantes que consideram o recurso como motivação para permanência no IFPB e como o auxílio é utilizado.

A inquietação com a problemática surgiu ao longo da implementação dos processos de seleção dos estudantes do IFPB/SR para auxílio financeiro. Com nossa atividade profissional na Coordenação de Apoio ao Estudante (CAEST), setor responsável pelas seleções e benefícios estudantis, por vezes nos deparamos com relatos de servidores e de alguns estudantes sobre a motivação do desses últimos em permanecer na instituição somente em função do auxílio financeiro ou, ao contrário, que o auxílio não contribui para sua permanência. Assim, essa pesquisa

se propõe a investigar a influência do PNAES/PAPE na permanência de estudantes do nível médio técnico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O nosso procedimento metodológico se configura com a coleta de dados, por meio plataforma *Google Forms*, aplicado a um grupo de 50 estudantes dos cursos de nível médio – formação técnica, do campus Santa Rita do IFPB. Os estudantes foram selecionados no universo daqueles contemplados com o PAPE. A amostra foi constituída de forma não probabilística priorizando aqueles com maior índice de vulnerabilidade social (IVS). A pesquisa foi devidamente avaliada e aprovada para execução pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UEPB, com o Parecer nº 5.975.174 e cumpre os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementariedades.

O IVS é obtido por meio da análise da documentação dos estudantes e suas famílias, na qual constam dados sobre renda bruta familiar, situação de emprego/ocupação, inscrição no cadastro único do governo federal, composição familiar, regime de ocupação do domicílio, distância do domicílio em relação ao IFPB, mobilidade estudantil, egresso de escola pública ou privada e grau de instrução do responsável familiar (IFPB, 2023). Essas variáveis são calculadas, cada uma com peso específico, para gerar o IVS do estudante e, assim, possibilitar a inscrição nos processos seletivos de auxílios que classificam os maiores IVS nas maiores faixas de valores. Dessa forma, os estudantes com mais vulnerabilidade foram os selecionados para responderem o questionário.

O questionário *on-line* foi respondido entre os meses de agosto e setembro de 2023 por 23 respondentes, equivalente a 46% do público selecionado para o estudo. O contato realizado com os estudantes foi inicialmente via *e-mail* disponível no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFPB, e em seguida foi reforçado por de aplicativo de mensagem *WhatsApp*.

Os dados foram analisados com base na técnica da análise de conteúdo, utilizando como categorias teóricas as perguntas do questionário e subcategorizados a partir das respostas dos entrevistados em relação a cada pergunta.

3 A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

O objeto norteador desta pesquisa é a permanência (ou o ato de permanecer e resistir ao abandono) dos estudantes nas instituições públicas de ensino em nível médio técnico, processo iniciado no momento do ingresso ao sistema de ensino com duração até a conclusão do curso. Mendes (2020, p. 18) propõe um conceito para estratégias de permanência, como um conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições universitárias, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção dos estudantes com qualidade em seus cursos até sua conclusão.

Para que a política de assistência estudantil fosse criada e chegasse ao atual estágio de institucionalidade, com previsão no orçamento federal e ampla adesão das instituições de ensino médio e superior, foram necessárias discussões, pesquisas e estudos sobre a evasão, que é o principal motivo para existirem ações de permanência. Assim, torna-se necessário pontuar a respeito da evasão escolar, bem como, sobre as políticas de ampliação do acesso / ingresso, pois é a partir delas que as ações de permanência emergem.

Iniciamos apontando alguns programas de expansão das IFES voltadas para a ampliação e democratização do acesso à educação. São eles: o Plano de Expansão com Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (Programa Expandir); Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); e Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas).

O Programa Expandir foi executado durante os anos de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal; o REUNI, por sua vez, implementado com o Decreto nº 6.096/2007, tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, como também incentivar a criação de novos *campi* no interior do país; a Lei de Cotas garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais a alunos oriundos integralmente do ensino público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. No ano de 2023 a Lei nº 14.723 reformulou as cotas, reduzindo o critério de renda, de um e meio salário-mínimo por pessoa para um salário-mínimo *per capita*. Quilombolas passaram a ser beneficiários pelo sistema e a distribuição das vagas feita de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a proporção de indígenas, negros, pardos, quilombolas e pessoas com deficiência em cada unidade da federação. A nova norma também deixou explícito que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas (50% do total) apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência.

Há também o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), tais programas se efetivaram sobretudo no setor privado. O FIES, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. A partir de 2018, o FIES possibilitou juros zero aos mais necessitados e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato. O financiado paga as prestações respeitando o seu limite de renda, fazendo com que os encargos a serem pagos diminuam, bem como, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passou a ser critério de seleção do FIES. Ao longo do tempo, o programa passou por reformulações devido o alto índice de inadimplência. Por sua vez, o PROUNI, criado pela Lei nº 11.096 de 2005, promove o acesso às universidades particulares brasileiras por meio da concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular.

Essas foram estratégias implementadas pelo poder público para tentar promover o ingresso de camadas socialmente excluídas da população no ensino superior. Porém,

não se pode falar em equidade na educação superior considerando apenas a ampliação do acesso, sem tornar a permanência e a aquisição de conhecimentos como determinantes para a viabilização da apropriação de capital cultural, para a consequente conclusão do curso com a qualidade desejada. (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2014, p. 212)

Mesmo com a expansão das vagas, ainda são utilizados processos de seleção para ingresso dos melhores candidatos, em que os beneficiados são aqueles os mais preparados, que tiveram melhores oportunidades educacionais, portanto, os que possuem capital social (conhecimentos advindos das relações sociais) e cultural (conhecimentos adquiridos no meio em que vive). Isso indica que os problemas relacionados ao acesso à educação superior devem levar em conta também a educação básica e as condições socioeconômicas dos candidatos (Gisi, 2006).

A esse respeito, o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 2010 a 2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, possui 20 metas para orientar a política educacional brasileira nas diversas modalidades de ensino até o final da sua validade. Dentre suas estratégias, objetiva ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil com a finalidade de reduzir desigualdades, ampliando o acesso e a permanência na educação superior (Brasil, 2014). Dessa forma, além de prover o acesso, é imprescindível o investimento em permanência, o que contribui para o combate à evasão e possibilita a elevação das taxas de conclusão.

Para o Ministério da Educação (MEC), a evasão escolar pode ser definida de três formas: 1) evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; 2) evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado; 3) evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino (Brasil, 2012).

Coimbra, Silva e Costa (2021) afirmam que não há uma definição da própria evasão. Por mais que se recorram às cartilhas e documentos complementares, não se encontrará a precisão do termo. Fato é que o problema da evasão estudantil atinge todas as instituições, tanto públicas como privadas, com motivações variadas. Entre elas, aspectos de ordem acadêmica, que contemplam expectativas em relação ao curso ou instituição e podem motivar ou desmotivar o estudante, tornando a conclusão do curso uma prioridade ou não para sua vida (Silva Filho *et al.*, 2007); a falta de aquisição de capital cultural não apenas na vida escolar, desde à educação básica, mas ao longo de sua trajetória de vida (Gisi, 2006). Há, ainda, autores que, além dos fatores próprios aos estudantes (externos à instituição), tais como variáveis econômicas, sociais, culturais ou individuais, acrescentam fatores relacionados às instituições ou que possuem um caráter mais interno a estas, tais como a estrutura e dinâmicas de cada curso (Ronsoni, 2014).

Estes fatores podem ser classificados como os que se relacionam ao próprio estudante, os relacionados ao curso e à instituição e, finalmente, os fatores socioculturais e econômicos externos. Não é possível analisá-los de forma dissociada, pois fatores de uma ordem interferem necessariamente nos demais (Ronsoni, 2014, p. 26).

Como uma das causas para evasão, o FONAPRACE (2014) reitera que a dificuldade socioeconômica é uma das causas externas dos índices elevados de evasão e retenção, para uma parcela de 14% dos estudantes. Zago (2006) reforça essa inter-relação entre a falta de recursos financeiros e a evasão escolar, contribuindo para o embasamento teórico que impulsionou a criação das ações de assistência estudantil, após um amplo processo de luta e reivindicações pela inclusão social de parcela da população historicamente excluída da escola, como as mulheres, a população negra, os povos indígenas, os oriundos de famílias de baixa condição econômica. Não basta, pois, expandir o acesso à escolarização aumentando o número de vagas nas instituições de ensino, é preciso oferecer condições de permanência.

Dessa maneira, entendemos que é responsabilidade do Estado garantir as condições de acesso, permanência e êxito a todos, considerando as profundas desigualdades sociais e os perfis múltiplos dos estudantes em todo o território brasileiro. Vale destacar que o enfrentamento às desigualdades sociais parte da busca pela efetivação da proteção integral e materialização dos direitos sociais do estudante, contemplando ações variadas e intersetoriais, em que o estudante é visto em seus aspectos físico, cultural, econômico, psicológico etc.

Compreende-se, portanto, que a evasão se apresenta como um problema complexo para a sociedade e, principalmente, para o Estado quando se trata do ensino público, em que são direcionados esforços, recursos humanos, estruturais e financeiros para gerir as instituições de ensino, sem que atinjam na totalidade o objetivo de educar, capacitar e incluir socialmente os indivíduos que ingressam na escola, mas que não concluem seu percurso estudantil.

O ensino médio integrado ao técnico que é ofertado pela rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (RFEPT) pretende enfrentar a contradição entre os setores que o colocavam a serviço da acumulação capitalista e o movimento de possibilidades para a criação de oportunidades e redução das desigualdades (Abreu, 2012, p. 80), o que pode impactar nas ações de permanência consolidadas atualmente. Ao colocar a necessidade do estudante como prioridade para criar as políticas estudantis devem ser consideradas suas diversas especificidades, seus sonhos, suas expectativas, e não somente a demanda do mercado.

Dore e Lüscher (2011) assinalam que a evasão na escola de ensino médio ou na modalidade profissionalizante se vincula ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de escolarização e que em muitos países, especialmente na Europa, está praticamente universalizado o acesso à educação média ou secundária, embora esta não seja compulsória, o que leva a concluir que a escola se tornou acessível e inclusiva.

Um estudo sobre evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da RFEPT apresenta como conceito de evasão escolar a perda de vínculo

entre aluno e instituição de ensino (Alvarez, 2021), trazendo novamente uma perspectiva mais ampla. Em relação também ao ensino médio técnico, a Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES), apresenta dados sobre evasão com alguns fatores que contribuem para entender esse fenômeno:

a) Fatores individuais: comportamento do aluno, atitude perante a vida escolar, convivência social com outros estudantes, professores e comunidade escolar, nível educacional dos pais e renda familiar, dentre outros. b) Fatores institucionais da escola: recursos da instituição, práticas pedagógicas, perfil do corpo docente e características estruturais da escola, dentre outros. c) Fatores do sistema: políticas públicas, mecanismos de retorno e práticas de estímulo à permanência e conclusão, ou seja, são possibilidades formais do sistema (Dore; Lüscher, 2011, p. 4).

Como já registramos, esses fatores geralmente ocorrem associados e, por isso, dificilmente ações focalizadas e pontuais são capazes de resolver. Segundo Maduro Silva, Castioni e Martínez (2021), a obrigatoriedade do ensino médio na faixa etária dos 15 aos 17 anos e o aumento da modalidade de ensino técnico-profissional nesse nível, emergem como estratégia para amenizar o problema da evasão. Os autores fazem uma análise do processo de construção dos indicadores sobre evasão na rede federal de educação profissional, no período entre 2003 e 2015, no qual desnaturalizam o discurso tecnicista da gestão que afirma levar ao esvaziamento político, demonstrando suas arbitrariedades e revelando que a construção de indicadores implica escolhas baseadas em questões culturais e sociais, em conhecimentos práticos, teóricos e metodológicos, em normas institucionais e, em última instância, no sentido e na direção esperada para as políticas públicas de educação profissional. Dessa forma, concluem que a evasão escolar nessa rede, em especial no ensino médio técnico, deve ser avaliada para além dos aspectos quantitativos e econômicos, de forma consciente e contando com a participação da comunidade escolar; fazendo a mudança onde realmente importa para que, assim, incontáveis trajetórias estudantis de jovens não sejam interrompidas (Maduro Silva; Castioni; Martínez, 2021).

No que se refere às possibilidades de acesso ao ensino técnico, são limitadas tanto pela política educacional quanto por fatores relacionados ao desempenho escolar dos estudantes na educação básica. Para os que conseguem ultrapassar todas as barreiras e se matricular em um curso técnico resta ainda o desafio de superar condições nem sempre favoráveis à sua permanência na escola. A expansão da RFEPCT iniciada a partir do ano de 2005 representa uma estratégia de democratização do ensino de nível técnico, mas ainda não acompanha a atual demanda e não ameniza a problemática da dualidade de objetivos e de organização da escola média no Brasil, onde aparece, de um lado, formação geral, tendo em vista a continuidade de estudos no nível superior e, de outro, a formação profissional, com foco mais imediato no mercado de trabalho, como assinalam Dore e Lüscher (2011). No intuito de encontrar respostas ao problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua prevenção, as autoras destacam três principais agentes:

1) o sistema de ensino, que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; 2) as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e 3) o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo. (Dore; Lüscher 2011, p. 6)

Essas são medidas que competem ao poder público implementar, por exemplo, por meio da reformulação do entendimento sobre evasão, da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem, dos investimentos na educação em seus eixos de acesso e permanência.

As ações de permanência, então, têm como foco diminuir a evasão por intermédio de ações que visam democratizar a educação e torná-la mais inclusiva, e podem ser feitas com o uso do PNAES, mas também por meio de programas acadêmicos, que podem gerar maiores perspectivas de permanência com conclusão do curso, como afirmam Jezine, Farias e Felinto (2018). Essas autoras realizaram um estudo que se propôs a analisar a relação entre a expansão institucional e os programas acadêmicos de pesquisa no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com reflexos para a permanência dos estudantes, observando que é expressivo o número de estudantes concluintes vinculados aos projetos, com ou sem bolsa. Porém, deve-se atentar ao fato de que os projetos geralmente têm como um dos critérios possuir bom desempenho acadêmico, o que pode se configurar como fator excludente para aqueles estudantes que não atingem êxito acadêmico por questões alheias à sua vontade, como o caso daqueles que são trabalhadores e não conseguem se dedicar integralmente aos estudos.

Ainda que os autores citados estudem a evasão, a maior parte deles conclui que há carência de estudos e pesquisas a respeito do assunto e que os problemas nessa área precisam de resolução, com intervenções em todos os âmbitos, como o investimento em políticas de acesso concomitantes com políticas de permanência.

Silva e Costa (2018), ao analisarem se houve crescimento proporcional nas políticas de acesso e permanência na educação superior com recorte temporal nos anos 2000, quando o REUNI proporcionou a expansão no número de vagas, criação de novas instituições e abertura de novos *campi*, concluíram que há uma desproporcionalidade entre as políticas. Asseguram ainda que as IFES reproduzem desigualdades raciais, de renda e de gênero da sociedade brasileira, que implicam dificuldades para aproveitar as oportunidades educacionais que elas oferecem, fazendo do direito à educação um privilégio. Nesse bojo está a permanência estudantil, intrinsecamente relacionada a desigualdade social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que o foco deste estudo é analisar a permanência dos estudantes no IFPB do campus de Santa Rita e a influência do auxílio estudantil PAPE para eles, entendeu-se necessário conhecer a perspectiva dos beneficiários a

respeito da instituição, das expectativas e estratégias de permanência, e da influência do auxílio estudantil em suas vidas. Da amostra de 50 participantes selecionada, 23 responderam ao nosso questionário. Apresentamos aos estudantes um conjunto de 13 perguntas, que se circunscrevem à instituição, ao curso e ao auxílio financeiro que recebem. As perguntas servem, para nosso propósito, como categorias gerais de análise, e a partir das respostas elegemos subcategorias para discussão. A frequência dos termos é apresentada por meio da escolha e transcrição das respostas dos estudantes, estes identificados como ‘Participantes’ (P.) juntamente com uma numeração de 01 a 23, que é a quantidade dos respondentes.

Questionados sobre a escolha do IFPB para cursar o ensino médio, eles, basicamente, se posicionaram em relação à qualificação profissional, à oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, e a qualidade da instituição para a inserção no emprego. Nas respostas notamos expressões como: oportunidade, instituição renomada, qualidade, referência, curso integrado e mercado de trabalho. Para essas respostas, elegemos a subcategoria ‘qualificação e emprego’, o que é exemplificado no registro de um dos estudantes: “Escolhi o IFPB por ser uma instituição muito renomada e de confiança, onde eu sabia que adquiriria muito conhecimento, e conseguiria uma boa base para o mercado de trabalho” (P. 01).

Quadro 1: respostas à pergunta ‘Por que escolheu o IFPB’

Identificação do participante	Fragmento principal da resposta	Subcategoria
01	<i>Oportunidades</i>	Qualificação e mercado de trabalho
02	<i>Referência</i>	Qualidade da Instituição
03	<i>renomada e conhecida pelo ensino</i>	Qualificação e mercado de trabalho
04	<i>Qualidade</i>	Qualificação e mercado de trabalho
05	<i>Qualidade</i>	Qualificação e mercado de trabalho
06	Referência	Qualidade da Instituição
07	estudo melhor	Qualificação e mercado de trabalho
08	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
09	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
10	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
11	ensino e o curso integrado	Qualificação e mercado de trabalho
12	renomada e de confiança; base	Qualificação e mercado de

	para o mercado de trabalho	trabalho
13	Ensino	Qualificação e mercado de trabalho
14	Desejo da escola técnica	Qualificação e mercado de trabalho
15	Indicação de amigos	Outros
16	Educação ótima	Qualificação e mercado de trabalho
17	Qualidade; referência	Qualificação e mercado de trabalho
18	Qualidade; apoio a permanência; docentes	Qualidade da Instituição
19	Renomado	Qualidade da Instituição
20	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
21	Qualidade; oportunidades	Qualificação e mercado de trabalho
22	Escola completa	Qualidade da Instituição
2	Oportunidades	Qualificação e mercado de trabalho
3		

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As respostas revelam a maneira como os estudantes veem a instituição, assim como supõe o impacto que o IFPB tem na comunidade de Santa Rita (PB), onde existe uma expectativa quanto a influência na possível empregabilidade e, conseqüentemente, ascensão social deles. Isso se deve ao processo em curso de democratização do acesso à educação, que viabiliza a entrada de grupos populacionais historicamente excluídos desse segmento escolar.

No campus Santa Rita, há oferta de dois cursos técnicos integrados ao ensino médio: Informática e Meio Ambiente, oferecidos na modalidade integrada com ensino médio, tais cursos permitem a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica, com duração média de três anos. Os cursos propõem um impacto social e pretendem formar cidadãos comprometidos com a melhoria do bem-estar comum.

A respeito da escolha do curso, os participantes atrelam principalmente à perspectiva de ingresso no mercado de trabalho, além de afinidade com a área, mas alguns também assumem que escolheram por impulso e curiosidade, algo comum para a faixa etária recém concluinte do ensino fundamental. Percebe-se novamente a visão de qualificação e mercado de trabalho como subcategoria predominante.

Assim, ao perguntarmos o porquê da escolha do curso, as respostas dos estudantes foram: impulso, mercado de trabalho, identificação, curiosidade, preocupação com o meio ambiente.

Quadro 2: respostas à pergunta ‘Por que escolheu esse curso’

Identificação do participante	Fragmento principal da resposta	Subcategoria
01	Impulso	Outros
02	relacionado à área da saúde indiretamente.	Qualificação e mercado de trabalho
03	sonho de vida	Qualificação e mercado de trabalho
04	carreira profissional	Qualificação e mercado de trabalho
05	Curiosidade	Outros
06	os possíveis locais empregatícios e vejo como uma futura profissão.	Qualificação e mercado de trabalho
07	da área da vegetação e ambiental, traz um futuro melhor para o planeta.	Qualificação e mercado de trabalho
08	Alta demanda de Mercado	Qualificação e mercado de trabalho
09	desenvolvimento melhor	Qualificação e mercado de trabalho
10	uma área de conhecimento necessária para o mercado de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
11	interessante e, também, por indicação	Outros
12	área que está em constante crescimento e seria uma boa capacitação para o mercado de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
13	Interessante; por esta em alta nos tempos de hoje; ajudar na área de emprego.	Qualificação e mercado de trabalho
14	área que me identifico	Outros
15	amplo mercado de trabalho e oportunidades que o curso oferece.	Qualificação e mercado de trabalho
16	Gosto do meio Ambiente	Outros
17	Interesse pela área; oportunidade de adquirir novos conhecimentos.	Qualificação e mercado de trabalho
18	prazer em pesquisar sobre; aprofundar meus conhecimentos nessa área.	Qualificação e mercado de trabalho
19	acreditei ser um curso com uma facilidade muito grande de aprendizado; oportunidade de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
20	ingressar no mercado de trabalho.	Qualificação e mercado

		de trabalho
21	identificamos com o curso	Outros
22	Interesse por essa área	Qualificação e mercado de trabalho
23	planejo trabalhar na área de informática e os profissionais dessa área são muito valorizados.	Qualificação e mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Percebemos que a opção pelo curso e a permanência nele está atrelada às perspectivas futuras, tanto no que se refere à empregabilidade quanto à compreensão e preservação do meio ambiente e uso de tecnologias. Vejamos alguns registros feitos por eles: “Sempre foi uma área que tive prazer em pesquisar sobre, e por morar na zona rural, onde tem usinas voltadas para essa área, decidi que queria aprofundar meus conhecimentos nessa área (P.18)”; “Primeiramente achei o nome lindo e impactante, fiz uma pesquisa sobre o curso e gostei do conteúdo, analisei os possíveis locais empregatícios e vejo como uma futura profissão.” (P. 6).

Na primeira fala aparece a compreensão do estudante a respeito do curso poder proporcionar inserção profissional na localidade onde vive, já no segundo posicionamento ele associa de forma mais geral, novamente fazendo alusão a inserção profissional como motivação para escolha do curso. As respostas dos estudantes evidenciam o entendimento deles a respeito da perspectiva positiva sobre o direcionamento da educação profissional para o mercado de trabalho, o que pode fazê-los optar por não dar prosseguimento aos estudos em nível superior, uma vez que conseguem entrar no mercado de trabalho e suprir suas necessidades econômicas imediatas. Esse fato atenderia ao propósito da educação profissional, que objetiva contribuir para a formação de cidadãos para atuar no mundo do trabalho a partir do nível de ensino médio técnico.

Silva e Boutin (2018), ao analisarem a proposta de educação integral expressa na atual Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, reforçam que ela associa a educação integral no chamado Novo Ensino Médio, com compromisso de uma formação mais técnica e menos propedêutica, servindo ao jogo de interesses que rege a sociedade do capital, uma vez que contribui para a formação do sujeito produtivo, do sujeito massa, distanciando-se do conceito de *omnilateralidade* que pressupõe uma formação efetivamente integral. Dessa forma, as autoras reafirmam a tendência economicista da educação profissional e destacam que o Novo Ensino Médio caminha para o alinhamento junto a ideia dessa educação.

Mesmo consciente sobre a escolha do curso, essa poderia ser mutável ao longo do tempo, porém, ao serem questionados se gostam ou se desejariam mudar de curso, a maioria dos estudantes (20 deles) afirmou estar satisfeito com a decisão, sinalizando adaptação à vida escolar e motivação com o curso, como o P. 12: “O curso me surpreendeu muito e me trouxe outras perspectivas, por isso, não trocaria de curso”. Esse dado difere então da pesquisa de Alvarez (2021), que apresenta a falta de adaptação à vida acadêmica e o desencanto ou desmotivação com o curso

escolhido como fatores para a evasão escolar nos cursos técnicos integrados da rede federal.

Uma informação que pode ser inferida ao relacionar as respostas obtidas sobre a escolha do curso, é que os estudantes são enfáticos sobre a relevância de se qualificar para o mercado de trabalho independente do benefício temporário proporcionado pelo auxílio estudantil, o que evidencia a relação da permanência com o êxito no curso em busca da qualificação e descarta a hipótese de isso ser o motivador da permanência.

Antes de ingressarem no IFPB, os estudantes já têm expectativas quanto a instituição, como bem sinaliza as respostas do questionamento sobre o diferencial dele em relação a outras escolas, aparecendo sempre a subcategoria 'qualidade da instituição'. Essa pergunta levou a uma resposta favorável sobre o IFPB. Embora os estudantes possam não ter conhecimento de outras instituições de ensino médio profissionalizando para fazer comparação como o IFPB, eles ouvem a respeito delas por intermédio de amigos, parentes etc.

Quadro 3: respostas à pergunta “Existe diferencial entre o IFPB e outras escolas”

Identificação do participante	Fragmento principal da resposta	Subcategoria
01	curso técnico, total apoio ao estudante, visitas técnicas, um excelente corpo docente e uma ótima infraestrutura.	Qualidade da Instituição
02	um padrão que exige mais do aluno, do que em outras instituições	Qualidade da Instituição
03	Os auxílios	Outros
04	Não	Outros
05	alta qualidade de ensino e professores qualificados.	Qualidade da Instituição
06	Os sistemas virtuais, ótima comunicação, rápida e eficaz.	Qualidade da Instituição
07	ensino bastante avançado	Qualidade da Instituição
08	O curso, qualidade de ensino e o auxílio que dão aos alunos em geral	Qualidade da Instituição
09	ensino diferenciando onde eu posso desenvolver projeto de extensão e pesquisa antes mesmo de está no superior	Qualidade da Instituição
10	O maior suporte ao aluno, os projetos e estágios, o ensino e toda a estrutura.	Qualidade da Instituição
11	Sim	Outros
12	estrutura, tanto de ensino como física, excelente.	Qualidade da Instituição
13	ensino integral e técnico, nos ensina a nos posicionar na área de trabalho e termos	Qualidade da Instituição

	senso a várias coisas.	
14	Sim	Outros
15	Um mundo de oportunidades	Qualidade da Instituição
16	A educação	Qualidade da Instituição
17	a liberdade de expressar nossa arte em clubes, oficinas; contato com a diversidade de talentos	Qualidade da Instituição
18	Sim	Outros
19	A estrutura; o nível dos professores	Qualidade da Instituição
20	Os cursos técnicos ofertados.	Qualidade da Instituição
21	O ensino	Qualidade da Instituição
22	O ensino mais completo	Qualidade da Instituição
23	qualidade do ensino	Qualidade da Instituição

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É notável que os institutos federais de educação são reconhecidos pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, visto que atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer. Nesse sentido, a satisfação dos estudantes com o curso escolhido se constitui em um fator que os influencia a ingressar rapidamente no mercado de trabalho, como evidenciado nas respostas à quarta pergunta, em que sete participantes respondem que desejam somente a inserção no mercado de trabalho, enquanto 11 deles respondem que desejam antes do emprego cursar o nível superior. Mas também aparecem 5 estudantes que querem e/ou precisam trabalhar e estudar simultaneamente, como, por exemplo, o participante 13: “Primeiramente estou focada no ensino superior, e adiante tentar entrar em um mercado de trabalho pode me ajudar nas despesas e ajudar meus responsáveis”.

Essa afirmação está diretamente ligada às condições de vida dos estudantes, pois nem todos vislumbram a possibilidade de cursar o ensino superior em função da necessidade de prover seu sustento e o da família. Quando questionados se contribuem para renda mensal da sua família (questão 9), 13 deles respondem afirmativamente, demonstrando que o auxílio estudantil também é direcionado para as necessidades familiares.

O auxílio PAPE tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. Porém, não atende todos os estudantes dentro do perfil de renda, que é de um salário-mínimo e meio *per capita*, pois a quantidade atendida pelo programa é definida a partir do planejamento orçamentário dos *campi* e o acesso ao programa ocorre mediante processo seletivo principalmente de caráter socioeconômico, cuja análise é realizada por assistente social da instituição, conforme prevê a resolução de nº 16 do Conselho Superior do IFPB. (IFPB, 2018).

A concessão do auxílio é citada como diferencial entre o IFPB e as demais escolas, contudo, o auxílio não permite custear todas as despesas referentes a transporte e alimentação diárias do estudante, mas, ainda assim, pode contribuir para que eles se concentrem nos demais aspectos da vida escolar. Dentre as dificuldades apontadas pelos estudantes para permanecer no IFPB, o aspecto financeiro foi o mais citado, conforme mostrado no quadro 4 em que aparecem fragmentos das respostas à questão sobre dificuldades para permanecer no curso.

Quadro 4: respostas à pergunta ‘Existem dificuldades para permanecer no curso’

Identificação do participante	Fragmento principal da resposta	Subcategoria
01	custeio da alimentação e principalmente o transporte.	Dificuldade Financeira
02	dificuldade com transportes; pouco de insegurança.	Dificuldade Financeira
03	distância da cidade que morava, e hoje morar sozinha sem ajuda financeira	Dificuldade Financeira
04	Não	Outros
05	assuntos relacionados as matérias do curso.	Outros
06	Transportes; riscos por assaltos	Dificuldade Financeira
07	Custo financeiro	Dificuldade Financeira
08	Transporte, refeição e por conta de muitos terem que ajudar em casa	Dificuldade Financeira
09	locomoção e alimentação	Dificuldade Financeira
10	Não	Outros
11	alguns professores explicam sua matéria um pouco rápido demais.	Outros
12	Não	Outros
13	não tinha notebook e isso complicava.	Dificuldade Financeira
14	tive bebê	Outros
15	Não	Outros
16	Não muita	Outros
17	A convivência com a turma; exclusão	Outros
18	não, recebi auxílio permanência, que foi muito importante	Dificuldade Financeira
19	necessidades conhecimentos não adquiridos no fundamental; necessidade de recursos para transporte	Dificuldade Financeira
20	Transporte	Dificuldade Financeira
21	sempre damos um jeito	Outros
22	Não	Outros

23	Não	Outros
----	-----	--------

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Surgiu então a subcategoria ‘dificuldade financeira’. Ela corrobora com o aspecto financeiro dos estudantes, que é o fator que mais impacta no ingresso e permanência de milhares de jovens economicamente desfavorecidos no ensino médio. Diante disso, podemos mensurar a importância do PAPE para a vida estudantil no IFPB. A esse respeito, Souza (2015, p. 110) afirma que o auxílio estudantil produz no aluno o sentimento de independência, aumenta sua autonomia, “[...] pois ao possuir recursos para custear suas necessidades, o aluno passa a depender menos dos pais quanto ao aspecto financeiro”.

Em relação às estratégias que ajudam a permanecer na instituição (questão 7), os participantes consideram, além do auxílio financeiro, outras ações desenvolvidas pelo IFPB, como núcleos de aprendizagem e atividades de pesquisa e extensão. A respeito dessas atividades, Souza (2017, p. 139) apresenta a seguinte classificação:

Programas universais: destinam-se a todos os estudantes regularmente matriculados, independente do recorte de renda, sendo desenvolvidos nas áreas de saúde, cultura, esporte, lazer, inclusão digital e acompanhamento biopsicossocial; Programas acadêmicos: destinam-se a todos os estudantes, desenvolvidos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, de natureza técnico-científica, regido por critérios de seleção e manutenção, por destinar bolsas de caráter acadêmico; Programas assistenciais: destinam-se aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, envolvendo critério de renda, sendo desenvolvidos nas áreas de alimentação, transporte, creche, moradia e auxílio financeiro.

Dessa forma, todas as ações contribuem para a permanência, sejam elas universais destinadas a todos os estudantes, independente de seleção, como a assistência em saúde; os programas acadêmicos, com critério de mérito por desempenho; ou as ações assistenciais que selecionam os beneficiados de acordo com recorte socioeconômico.

A família também representa um eixo de sustentação para a permanência quando ela participa, incentiva e dá suporte para o estudante. A esse respeito, fizemos a seguinte pergunta aos estudantes “Sua família participa da vida escolar? Ela ajuda de alguma forma?”. A maioria respondeu afirmativamente, como registrou um deles: “participam sim, quando podem. Minha mãe não me deixa sobrecarregada com os afazeres de casa pra eu ter mais tempo para estudar” (P.17) O que surpreende é o fato de que uma parte considerável deles (40%) registrou que não tem apoio da família para os estudos. Ramalho (2013, p. 103) afirma que “Na educação básica, geralmente o sucesso escolar está relacionado à renda e à escolaridade dos pais”. Significa dizer que famílias com renda mais alta, costumam

ter nível escolar mais elevado e consideram a importância da escolarização para os filhos.

Essa associação pode sugerir uma visão determinista, ou seja, supor que um estudante com precária condição socioeconômica e com pais com pouca escolaridade, de forma geral, terá mais dificuldade de corresponder às expectativas escolares e, conseqüentemente, estará mais propenso ao fracasso escolar, porém, várias pesquisas apresentam essa perspectiva. Uma situação está atrelada à outra e parece levar a um ciclo vicioso, do qual o estudante sozinho não consegue se desvencilhar. Dessa maneira, não funcionam oportunidades iguais para todos ou a meritocracia como critério de seleção. Os discursos que contêm essas expressões derivam de opiniões que não conseguem ou não querem fazer uma análise mais profunda e contextual da sociedade de classes. Portanto, políticas governamentais que visam alocar recursos para oferecer condições diferenciadas e equitativas para as populações economicamente carentes são fundamentais para atingirmos uma sociedade mais justa na área da educação.

O IFPB, campus de Santa Rita, finalizou o ano 2022 com um quantitativo de 305 estudantes ativos e ofereceu 138 vagas para o auxílio PAPE, contemplando, dessa maneira, 45% do total de matriculados. Nesse contexto, perguntamos aos estudantes da nossa pesquisa como tiveram conhecimento sobre o auxílio. A maioria (48%) respondeu que foi por meio da equipe da instituição, sobretudo por meio dos funcionários que fazem parte do setor de atendimento ao aluno, 22% responderam que foi por meio de redes sociais (*site* institucional, *Instagram*, *WhatsApp*), 13% registraram que foi por meio de colegas e 17% registraram outras formas.

Com base nessas respostas é preciso pensar se a divulgação e publicização das informações é realizada de forma cuidadosa e atinge o público do campus Santa Rita, pois, como assinala Abreu (2012, p. 112), a informação é elemento determinante para que os estudantes tenham acesso às políticas públicas. Isso significa que a implementação de uma política ou programa supõe um processo amplo de divulgação, especialmente no seio da comunidade à qual se destina. No caso do nosso estudo, como atuamos na implementação do processo de auxílio estudantil no campus, pode-se antecipar que a divulgação é realizada por meio de visitas às turmas de estudantes para apresentar os editais, com mais empenho no repasse das informações nas turmas iniciais, há *folders* com informativos sobre o processo, tutoriais dos editais de seleção e uso constante do *site* do IFPB, aplicativos de mensagens, entre outros. Dessa forma, entende-se que o trabalho é voltado para favorecer as condições de igualdade a quem tiver interesse em pleitear o auxílio, ampliando as possibilidades de acesso à informação.

Apesar disso, ainda é possível perceber que essa divulgação não tem tido o alcance desejado, tanto em nível de suficiência quanto de clareza, pois há muito erro na documentação enviada pelos estudantes, o que leva ao indeferimento da solicitação devido, em alguns casos, a impossibilidade da análise da situação socioeconômica. Isso causa a exclusão de alguns estudantes, e nos perguntamos se seriam eles que têm mais dificuldades de compreensão e/ou pouco acesso e conhecimento de informática para fazer a inscrição da forma correta? Fica aqui o questionamento.

Também questionamos os estudantes a respeito do uso do recurso que receberam, ou seja, se o valor concedido é suficiente para custear as despesas básicas deles, como transporte, alimentação e material didático. A maioria (74%) afirmou positivamente, enquanto os demais responderam negativamente.

A respeito do processo de seleção do auxílio estudantil, foram obtidas respostas favoráveis e desfavoráveis, nas quais se percebe que foram levadas em consideração não somente o processo de inscrição como também a efetividade do auxílio. Das respostas apresentadas, três demonstram insatisfação, talvez comum aos demais participantes se tivessem compreendido a intenção da pergunta, quanto ao processo de seleção, são elas: “precisa de uma investigação melhor” (P. 08); “deveria ser obrigatório sua renovação anualmente.” (P. 12); e, por último, “tem de saber que nem todos que recebem de fato precisam, tirando assim o direito de quem mais precisa” (P.19).

Quando questionados se conseguiriam cursar o ensino médio técnico sem a assistência estudantil (questão 13), 87% dos participantes respondem negativamente, confirmando a importância do auxílio PAPE para a permanência deles na instituição. Sabemos que, dificilmente os participantes dariam respostas negativas sobre a relevância do PAPE, mas as respostas antecedentes, como, por exemplo, a valorização da qualidade do ensino na instituição, sinaliza o real interesse dos estudantes ao ingressarem e anula a ideia de atrelar a motivação do ingresso ao recebimento do auxílio. Além disso, o valor concedido contribui somente para o custeio das despesas do estudante, pois o gasto mínimo mensal com transporte e alimentação, agravado ainda pelo fato dos cursos ocorrerem em período integral, não poderia ser resolvido somente com o PAPE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se concentrou em fazer uma análise sobre a influência do auxílio financeiro concedido aos estudantes do IFPB, campus de Santa Rita, para a permanência deles no curso. Embora tenhamos o entendimento de que a assistência estudantil não pode se restringir à oferta de bolsas e/ou auxílios materiais, foi possível confirmar que a carência financeira é dos principais fatores para a retenção do estudante. Dessa forma, entendemos que os programas assistenciais de repasse financeiro no espaço escolar tentam corrigir (ou pelo menos amenizar) uma relação desigual de acesso e, principalmente, de permanência na escola para grupos excluídos historicamente. Uma conquista importante ocorreu em 2023 com a modificação na lei de cotas, que prevê estudantes ingressantes por meio de cotas PPI como prioridade na AE.

Sozinha, essa política não consegue solucionar o problema da evasão e da falta de acesso, pois poderia levar ao erro de “financeirizar” uma problemática que envolve outros aspectos, como os individuais, assim como questões externas e internas à instituição, o que requer múltiplas estratégias intersetoriais.

Atualmente as ações institucionais referentes à AE nos IFs são orientadas pelo PNAES, em que pese as considerações feitas sobre a pouca relevância com que são citados, e mesmo assim, os IFs, tomando como ponto de partida o IFPB,

têm se organizado e implementado as ações, mas existe uma lacuna de articulações em nível nacional na perspectiva de construção dessa política.

A análise dos dados mostrou que a percepção sobre os auxílios para a permanência é positiva e, mais ainda, que a motivação para permanência é a qualificação para o mercado de trabalho; que a qualidade da instituição é um diferencial e que a dificuldade financeira é um empecilho para a permanência. Assim, a permanência estudantil ocorre principalmente em razão do esforço e de convicções do próprio estudante, anteriores ao ingresso no curso, a exemplo do motivo da escolha do curso e expectativas de ingresso no mercado de trabalho. Porém, não dispensa a significativa contribuição do auxílio para a permanência dos estudantes e para sua inclusão social por meio da qualificação para o mundo do trabalho.

Em suma, pode até ser possível o estudante conseguir se manter na instituição de ensino sem o auxílio da política de assistência, entretanto, com a existência dessa política ele pode usufruir de maneira mais adequada do seu percurso escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica do Maranhão**: avaliação do processo de implementação. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

ALVAREZ, Karine Rodrigues; MATOS, Roberta Pereira. Levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, e12510615630, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores Socioeconômicos** (2012). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_mg.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL, **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. Políticas de expansão de acesso e permanência na UFPB (1996-2012). In: **Colóquio Internacional de pesquisas em educação superior**, João Pessoa: UFPB, 2014. v.1.p.1-18.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natalia. Dreossi. (2021). A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação E Pesquisa**, 47, e228764. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/?lang=pt>. Acesso em 15 abr.2023.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima.; Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 144, set/dez. 2011.

FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE), 2014. **IV pesquisa do perfil sócioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia, 2016.

GISI, Maria Lourdes (2006). A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, 6, (17), 97-112. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Edital nº 01/2023-Assistência Estudantil/ Edital para solicitação de Análise de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) – 2023**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/santarita/editais/assistencia-estudantil/2023/edital-no-01-2023-assistencia-estudantil>. Acesso em: 24 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). Resolução CS nº 16 de 02 de agosto de 2018. **Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/sousa/assistencia-estudantil/documentos/resolucao-no-16-2018.pdf/view>. Acesso em: 13 abr. 2023.

JEZINE, Edineide; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; FELINTO, Jislayne Fidelis. Expansão na educação superior e a interface permanência e programas acadêmicos de pesquisa na UFPB, 2018. **Revista COCAR**, Belém, v.12. n.24, p. 290 a 315, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar>. Acesso em: 13 abr. 2023.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137> Acesso em: 12 nov. 2022.

MADURO SILVA, Denise Bianca; CASTIONI, Remi; MARTÍNEZ, Rogfel Thompson. Evasão Escolar e os Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e 2015. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 23, n.2, p. 437-460, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15936/13199>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 46, n. 2, p. 385-408, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/4040/3814>. Acesso em: 13 abr. 2023.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes (2013). **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

RONSONI, Marcelo Luís. Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim. In: PEREIRA, T. I. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão**: entre o vivido e o pensado. Erechim: Evangraf, 2014, p. 17-31.

SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. **Acesso e permanência em desproporção**: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Administrador/Downloads/admagpol,+09_LIVRE_02_166-192.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral. **Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 521-534, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/30458/pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SILVA FILHO, Roberto L. Lobo *et al.*, (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 641-659, set./dez., 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/346>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SOUZA, Terezinha Rosa de Aguiar. **Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu**. 2015. 148f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação

Profissional e Tecnológica). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na travessia**: assistência estudantil da educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação. 190p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília, 2017

ZAGO, Nadir. Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.